

PAULO ROBERTO DE FIGUEIREDO DANTAS

DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL

8ª edição

revista e ampliada

2018

saraiva  jur

ISBN 978-85-472-2410-3

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902**SAC**

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato

Vice-presidente	Claudio Lensing
Diretora editorial	Flávia Alves Bravin
Conselho editorial	
Consultor acadêmico	Murilo Angeli Dias dos Santos
Gerência	
Planejamento e novos projetos	Renata Pascual Müller
Editorial	Roberto Navarro
Edição	Bruna Schlindwein Zeni
Produção editorial	Ana Cristina Garcia (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa Rosana Peroni Fazolari
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Claudirene de Moura Santos Silva Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa Verônica Pivisan Reis
Planejamento e processos	Clarissa Boraschi Maria (coord.) Juliana Bojczuk Fermino Kelli Priscila Pinto Márcia Cordeiro Fernando Penteado Tatiana dos Santos Romão
Novos projetos	Laura Paraíso Buldrini Filogônio
Projeto gráfico	Mônica Landi
Diagramação e revisão	Muiraquitã Editoração Gráfica
Comunicação e MKT	Carolina Bastos Elaine Cristina da Silva
Capa	Tiago Dela Rosa
Produção gráfica	Marli Rampim
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

Dantas, Paulo Roberto de Figueiredo

Direito processual constitucional / Paulo Roberto de Figueiredo Dantas. – 8. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

1. Brasil - Direito constitucional 2. Processo civil - Brasil
I. Título.

17-1475

CDU 342.347.9(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito processual constitucional 342.347.9(81)

Data de fechamento da edição: 7-12-2017Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604609 CAE 623585

SUMÁRIO

<i>Introdução</i>	15
1 DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL	19
1.1 Esclarecimentos iniciais.....	19
1.2 Direito processual constitucional: objeto de estudo.....	19
1.3 Jurisdição, processo, ação e defesa.....	22
1.4 Constituição e processo.....	26
1.5 Princípios constitucionais referentes ao processo.....	29
1.6 Princípio da igualdade (isonomia)	30
1.7 Princípio da legalidade.....	34
1.8 Princípio da irretroatividade da norma	36
1.9 Princípio da segurança jurídica e a proteção constitucional ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada	38
1.10 Princípio da inafastabilidade da jurisdição	41
1.11 Princípio do juiz natural.....	43
1.12 Princípio do devido processo legal	45
1.13 Princípios do contraditório e da ampla defesa.....	47
1.14 Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos	49
1.15 Princípio da necessidade de motivação das sentenças e demais decisões judiciais	50
1.16 Princípio da publicidade dos atos processuais	52
1.17 Princípio do duplo grau de jurisdição.....	55
1.18 Princípio da celeridade na tramitação dos processos.....	57
1.19 Jurisdição constitucional.....	61
2 TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	64
2.1 Esclarecimentos iniciais.....	64
2.2 Constituição: conceito	64
2.3 Antecedentes da constituição	67
2.4 Constitucionalismo e suas diversas fases	70
2.5 Classificações das constituições	74
2.6 Constituições quanto à origem.....	75

2.7	Constituições quanto ao conteúdo	76
2.8	Constituições quanto à forma	78
2.9	Constituições quanto ao modo de elaboração	79
2.10	Constituições quanto à estabilidade	80
2.11	Constituições quanto à extensão	83
2.12	Classificação da Constituição Federal de 1988	84
2.13	Elementos da constituição	85
2.14	Estrutura da Constituição de 1988	87
2.15	Rigidez e supremacia da constituição	89
3	PODER CONSTITUINTE	91
3.1	Esclarecimentos iniciais	91
3.2	Poder constituinte: origem da ideia	92
3.3	Poder constituinte originário	93
3.4	Natureza do poder constituinte originário	94
3.5	Revolução como veículo de expressão do poder constituinte originário	95
3.6	Titularidade, exercício e formas de expressão do poder constituinte originário	97
3.7	Características do poder constituinte originário	99
3.8	Poder constituinte derivado	100
3.9	Características do poder constituinte derivado	102
3.10	Poder constituinte reformador (ou poder de emenda)	103
3.11	Limitações explícitas ao poder reformador na Constituição de 1988	104
3.12	Limitações implícitas do poder reformador na Constituição de 1988	107
3.13	Diferença entre reforma constitucional e mutação constitucional	108
3.14	Poder constituinte decorrente	110
3.15	Distrito Federal, Municípios e poder constituinte decorrente	111
3.16	Poder constituinte derivado de revisão	113
3.17	Poder constituinte difuso	115
3.18	Princípio da simetria	116
3.19	Recepção, ripristinação e desconstitucionalização de normas	117
4	NORMAS CONSTITUCIONAIS: CLASSIFICAÇÃO, APLICABILIDADE E INTERPRETAÇÃO	121
4.1	Esclarecimentos iniciais	121
4.2	Normas constitucionais quanto à espécie: princípios e regras	121
4.3	Normas constitucionais quanto ao conteúdo: materiais e formais	126
4.4	Normas constitucionais quanto à forma: escritas e não escritas	130
4.5	Normas constitucionais quanto à aplicabilidade (notas introdutórias)	131
4.6	Eficácia jurídica × eficácia social	132

4.7	Classificação da doutrina clássica	134
4.8	Classificação de José Afonso da Silva	138
4.9	Classificação de Maria Helena Diniz	143
4.10	Interpretação das normas constitucionais	146
4.11	Métodos clássicos de interpretação das normas	148
4.12	Princípios específicos de interpretação constitucional	152
5	ORGANIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	160
5.1	Esclarecimentos iniciais	160
5.2	A denominada “separação de poderes” e a função do Poder Judiciário	160
5.3	A organização do Poder Judiciário	163
5.4	O Supremo Tribunal Federal	166
5.5	O Conselho Nacional de Justiça	169
5.6	O Superior Tribunal de Justiça	170
5.7	Os Tribunais Regionais Federais e os Juizes Federais	173
5.8	Os Tribunais e Juizes do Trabalho	176
5.9	Os Tribunais e Juizes Eleitorais	179
5.10	Os Tribunais e Juizes Militares	180
5.11	Os Tribunais e Juizes dos Estados	181
5.12	Funções essenciais à Justiça	182
5.13	Ministério Público	184
5.14	Funções institucionais do Ministério Público	185
5.15	Conselho Nacional do Ministério Público	187
5.16	Advocacia Pública	187
5.17	A Advocacia-Geral da União	189
5.18	Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal	194
5.19	Advocacia	195
5.20	Defensoria Pública	198
6	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: NOÇÕES GERAIS	200
6.1	Esclarecimentos iniciais	200
6.2	Conceito e pressupostos do controle de constitucionalidade	200
6.3	Objeto do controle de constitucionalidade	203
6.4	Análise de normas específicas sujeitas ao controle de constitucionalidade	205
6.5	Normas não sujeitas ao controle de constitucionalidade	207
6.6	Parâmetro de controle ou paradigma constitucional	210
6.7	As diversas espécies de inconstitucionalidade	212
6.8	Inconstitucionalidade material e inconstitucionalidade formal	212
6.9	Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão	215

6.10	Modalidades de controle quanto ao momento da realização e quanto ao órgão que o realiza	216
6.11	Modalidades de controle quanto à via utilizada: modelo americano e austríaco	217
6.12	Visão geral do controle de constitucionalidade no Brasil	220
6.13	Controle político	220
6.14	Controle judicial	223
7	CONTROLE DIFUSO NO BRASIL	227
7.1	Esclarecimentos iniciais	227
7.2	Controle difuso	227
7.3	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle difuso	228
7.4	O Senado e a possibilidade de ampliação dos efeitos da sentença no controle difuso	230
7.5	A abstrativização dos efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal em sede de controle difuso de constitucionalidade	233
7.6	Cláusula de reserva de plenário	237
7.7	Procedimento fixado pelo Código de Processo Civil	239
7.8	O recurso extraordinário	240
7.9	Necessidade de demonstração da repercussão geral perante o Supremo Tribunal Federal	244
7.10	Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e o rito da repercussão geral	248
7.11	As súmulas vinculantes	250
7.12	Controle difuso em ação civil pública	257
8	O CONTROLE CONCENTRADO E AS AÇÕES REGULAMENTADAS PELA LEI N. 9.868/99	260
8.1	Esclarecimentos iniciais	260
8.2	Controle concentrado	260
8.3	Efeitos da sentença no controle concentrado	262
8.4	Espécies de controle concentrado na Constituição de 1988	264
8.5	Ação direta de inconstitucionalidade genérica (ADI ou ADIn)	265
8.6	Hipóteses específicas em que não cabe ação direta de inconstitucionalidade genérica ..	266
8.7	Legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade genérica	268
8.8	Concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade genérica	271
8.9	O efeito vinculante da ação direta de inconstitucionalidade e sua exclusão em relação ao Poder Legislativo	273
8.10	Princípio da "parcelaridade"	274
8.11	Inconstitucionalidade por "arrastamento" ou "por atração"	275
8.12	Alteração do parâmetro de controle após a propositura da ação direta de inconstitucionalidade genérica	276
8.13	A figura do <i>amicus curiae</i> na ação direta de inconstitucionalidade genérica	278

8.14	Principais regras procedimentais sobre a ação direta de inconstitucionalidade genérica	279
8.15	Ação declaratória de constitucionalidade (ADC ou ADECON)	281
8.16	Legitimados para a ação declaratória de constitucionalidade.....	283
8.17	Medida cautelar em ação declaratória de constitucionalidade	284
8.18	O <i>amicus curiae</i> na ação declaratória de constitucionalidade.....	285
8.19	Principais regras procedimentais sobre a ação declaratória de constitucionalidade	286
8.20	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	288
8.21	Legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	291
8.22	O <i>amicus curiae</i> na ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	292
8.23	Concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade por omissão...	293
8.24	Principais regras procedimentais sobre a ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	294
9	AS DEMAIS AÇÕES DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE E ASSUNTOS COMPLEMENTARES.....	297
9.1	Esclarecimentos iniciais.....	297
9.2	Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)	297
9.3	Parâmetro de controle da arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	299
9.4	Objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	302
9.5	Legitimados ativos para a arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	304
9.6	A potencial inconstitucionalidade da arguição de descumprimento de preceito fundamental por equiparação	306
9.7	Caráter subsidiário da ação de descumprimento de preceito fundamental.....	308
9.8	Principais regras procedimentais da arguição de descumprimento de preceito fundamental	312
9.9	Ação direta de inconstitucionalidade interventiva	316
9.10	Único legitimado para a ação direta de inconstitucionalidade interventiva.....	319
9.11	Principais regras procedimentais da ação direta de inconstitucionalidade interventiva	320
9.12	Controle concentrado perante os Tribunais de Justiça.....	322
9.13	Possibilidade de recurso extraordinário em face de decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça	325
9.14	Ação direta de inconstitucionalidade de norma do Distrito Federal em face de sua Lei Orgânica.....	327
9.15	Da interpretação conforme a constituição.....	328
9.16	Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto	330
9.17	Breve histórico sobre o controle de constitucionalidade no direito brasileiro.....	332
10	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS E OS REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS.....	336
10.1	Esclarecimentos iniciais.....	336

10.2	Direitos fundamentais: conceito e características.....	336
10.3	Evolução histórica dos direitos fundamentais.....	342
10.4	Gerações de direitos fundamentais	345
10.5	Destinatários dos direitos e garantias fundamentais.....	349
10.6	Eficácia horizontal dos direitos e garantias fundamentais.....	351
10.7	Caráter relativo dos direitos e garantias fundamentais.....	354
10.8	Aplicação imediata e caráter não taxativo do rol de direitos e garantias fundamentais.	356
10.9	Distinção entre direitos, garantias e remédios constitucionais.....	358
11	REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS PARA TUTELA DE DIREITOS INDIVIDUAIS.....	361
11.1	Esclarecimentos iniciais.....	361
11.2	Elenco dos remédios constitucionais	361
11.3	<i>Habeas corpus</i>	364
11.4	Hipóteses de cabimento do <i>habeas corpus</i>	366
11.5	Hipóteses em que não cabe o <i>habeas corpus</i>	369
11.6	Modalidades de <i>habeas corpus</i>	371
11.7	Legitimação ativa e passiva do <i>habeas corpus</i>	371
11.8	Competência em matéria de <i>habeas corpus</i>	373
11.9	Principais regras procedimentais do <i>habeas corpus</i>	375
11.10	Principais súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o <i>habeas corpus</i>	378
11.11	Mandado de segurança individual.....	378
11.12	Hipóteses de cabimento do mandado de segurança individual.....	380
11.13	Hipóteses em que não cabe o mandado de segurança individual	382
11.14	Legitimação ativa e passiva do mandado de segurança individual	384
11.15	Competência em sede de mandado de segurança individual.....	387
11.16	Da possibilidade de liminar em mandado de segurança individual.....	389
11.17	Da suspensão da liminar e da suspensão da segurança	393
11.18	O insucesso do mandado de segurança individual e a possibilidade de posterior ação de conhecimento.....	394
11.19	Principais regras procedimentais sobre o mandado de segurança individual.....	395
11.20	Principais súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o mandado de segurança individual	399
11.21	Mandado de injunção individual.....	400
11.22	Hipóteses de cabimento do mandado de injunção individual	401
11.23	Hipóteses em que não cabe o mandado de injunção individual.....	404
11.24	Legitimação ativa e passiva do mandado de injunção individual.....	405
11.25	Competência em sede de injunção individual	408
11.26	Natureza e eficácia da decisão que concede a injunção individual.....	409
11.27	Renovação de pedido não concedido e revisão de injunção já concedida.....	413

11.28	A edição superveniente de norma regulamentadora e os efeitos em relação à injunção individual anteriormente concedida.....	415
11.29	A impossibilidade de concessão de liminar em sede de mandado de injunção individual	416
11.30	Distinção entre mandado de injunção individual e ação direta de inconstitucionalidade por omissão	416
11.31	Principais regras procedimentais sobre o mandado de injunção individual	419
11.32	<i>Habeas data</i>	421
11.33	Hipóteses de cabimento do <i>habeas data</i>	423
11.34	Legitimação ativa e passiva do <i>habeas data</i>	425
11.35	Competência em sede de <i>habeas data</i>	427
11.36	Principais regras procedimentais do <i>habeas data</i>	427
12	REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS PARA TUTELA DE DIREITOS COLETIVOS.....	432
12.1	Esclarecimentos iniciais.....	432
12.2	Mandado de segurança coletivo	432
12.3	Hipóteses de cabimento do mandado de segurança coletivo.....	433
12.4	Hipóteses em que não cabe o mandado de segurança coletivo	435
12.5	Legitimação ativa e passiva do mandado de segurança coletivo.....	436
12.6	Legitimação ativa do mandado de segurança coletivo e o Ministério Público	440
12.7	Os direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo e quem pode se beneficiar de sua impetração	441
12.8	Competência em sede de mandado de segurança coletivo.....	443
12.9	Concessão de liminar em mandado de segurança coletivo	444
12.10	Da suspensão da liminar e da suspensão da segurança coletiva.....	446
12.11	Principais regras procedimentais sobre o mandado de segurança coletivo.....	447
12.12	Principais súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o mandado de segurança coletivo	451
12.13	Mandado de injunção coletivo.....	452
12.14	Hipóteses de cabimento do mandado de injunção coletivo	452
12.15	Hipóteses em que não cabe o mandado de injunção coletivo.....	454
12.16	Legitimação ativa e passiva do mandado de injunção coletivo.....	455
12.17	As espécies de direitos protegidos pelo mandado de injunção coletivo e os destinatários de sua impetração	459
12.18	Competência em relação ao mandado de injunção coletivo	460
12.19	Renovação de pedido não concedido e revisão de injunção coletiva já concedida	461
12.20	A edição superveniente de norma regulamentadora e os efeitos em relação à injunção coletiva anteriormente concedida.....	462
12.21	A impossibilidade de concessão de liminar em sede de mandado de injunção coletivo	463
12.22	Principais regras procedimentais sobre o mandado de injunção coletivo	464

12.23 Ação popular.....	466
12.24 Hipóteses de cabimento da ação popular.....	467
12.25 Legitimação ativa e passiva da ação popular.....	471
12.26 Competências em sede de ação popular.....	474
12.27 Concessão de liminar em ação popular.....	475
12.28 Principais regras procedimentais da ação popular.....	476
12.29 Súmula sobre a ação popular.....	479
12.30 Ação civil pública.....	479
12.31 Hipóteses de cabimento da ação civil pública.....	482
12.32 Hipóteses em que não cabe a propositura de ação civil pública.....	484
12.33 Legitimação ativa e passiva da ação civil pública.....	485
12.34 Competência em sede de ação civil pública.....	491
12.35 A possibilidade de pedido de natureza cautelar e de concessão de liminar em ação civil pública.....	493
12.36 Da suspensão da liminar e da suspensão da sentença em ação civil pública.....	495
12.37 Inquérito civil.....	496
12.38 Termo de ajustamento de conduta.....	499
12.39 Fundo de reparação de danos.....	501
12.40 Ação civil pública e coisa julgada segundo a natureza do interesse tutelado.....	502
12.41 Demais regras procedimentais da ação civil pública.....	505
12.42 Súmula do Supremo Tribunal Federal sobre a ação civil pública.....	508
<i>Referências.....</i>	509
<i>Índice alfabético-remissivo.....</i>	515